

INFÂNCIA, ESCRAVIDÃO E ABUSO SEXUAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM PROCESSO-CRIME NA CIDADE DE PORTO ALEGRE (1857)

CAMILA HEINRICH DE OLIVEIRA¹
JONAS MOREIRA VARGAS²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – heinrichdeoliveiracamila@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – jonasmvargas@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se do Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em História, e está inserido no campo da História Social da Escravidão e se propõe a analisar as especificidades da infância escravizada e da pedofilia durante esse período. A fundamentação a partir de conceitos como infância, escravidão e abuso sexual auxiliam na consolidação do trabalho neste campo de estudos.

As crianças escravizadas, além de serem inseridas precocemente nesse mundo, estavam suscetíveis aos diversos tipos de violência. Essa situação nos auxilia a pensar o quão naturalizada era esta violência, que:

possuía um âmbito estrutural, mas que também pode ser vista através de uma ótica mais íntima e individual, que nos auxilia a perceber os entraves cotidianos de uma infância distante, marcada pela inserção prematura nos mundos do trabalho, a possibilidade de uma circulação mais livres pelos becos da cidade, [...] expondo-se assim a violências de todos os tipos (RESENDE JR., 2023, p. 167).

O estudo será amparado a partir da análise de fontes primárias, mais especificamente de um processo-crime. Esses documentos são comumente analisados pela historiografia sob outros aspectos, com o fim de estudar os crimes e a criminalidade no cotidiano escravista, mas dificilmente são usados para o estudo da infância. Esta pesquisa utilizará, portanto, um processo a fim de trazer à tona novos questionamentos sobre raça, gênero e abusos sexuais na infância, visto que este último é pouco discutido na historiografia, abrangendo apenas crianças brancas em diferentes períodos. O estudo desta fonte a partir destes conceitos auxiliam na construção da argumentação de que as crianças negras do sexo feminino eram vistas para além da mão de obra, mas também como corpos vulneráveis a abusos sexuais.

A infância negra durante o período da escravidão foi muito mais difícil do que para outros tipos de infância. Estudos apontam que a humanidade do sujeito escravizado era reconhecida apenas “[...] por ocasião do crime, pois, afinal, nenhuma outra propriedade é punível. Pode-se dizer, portanto, que o crime era o primeiro e único ato do escravo que o humanizava – na lei” (FLORENTINO; GOÉS, 2017, p. 25). Isso significa dizer que o escravo só possuía algum tipo de civilidade perante a sociedade quando cometia algum crime. A criança negra, na

grande maioria dos registros judiciais, aparecia apenas em inquéritos criminais. Já a branca, sempre em causas cíveis (FERREIRA; ABRAMOWICZ, 2022). Mas, e se a vítima for, justamente, um escravo, e mais, uma criança? O fim do processo - dado por desistência por parte do queixoso, senhor da criança negra - nos leva a uma reflexão acerca da invisibilidade que a população cativa e, mais especificamente, as mulheres, sofrem justamente por ter havido o defloramento da vítima de oito anos, sendo ignorada não só pelo senhor, mas também pelas autoridades responsáveis pelo caso.

2. METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um estudo de caso, tendo como sua fonte primária um processo-crime presente no documento do projeto “Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul: o escravo como vítima ou réu”, encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, situado em Porto Alegre. Este documento envolve a vítima Francisca, escravizada de oito anos, o réu José Manoel da Silva Só, e o queixoso e senhor da criança, Joaquim José da Silva Bastos. Neste caso, José Manoel é acusado de praticar pedofilia contra Francisca e, na ocasião, abordar a vítima que fazia o trajeto até o lago para lavar roupas, a atrair para dentro de sua casa e praticar o ato. Nesse sentido, através deste trabalho e do aporte metodológico da micro-história, será possível desenvolver uma análise que dialogue com o estudo de crianças negras durante o século XIX, pois, além de estarem inseridas no mundo do trabalho escravo, estavam à mercê de serem violadas física e sexualmente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento, o processo não foi inteiramente analisado, mas sabe-se que o mesmo foi encerrado por desistência por parte de Joaquim. O corpo de delito foi efetuado na vítima e constatou a violência e, mesmo assim, não foi de interesse do senhor dar continuidade nas investigações. Como dito anteriormente, a criança escrava no Brasil estava sujeita à diversos tipos de violência, o que gerava traumas e a perda da noção de infância. A partir disso, pode-se pensar em como essas vozes foram silenciadas em suas diferentes formas já que, uma vez que seus senhores possuíam sua posse, os escravos não tinham voz e nenhum direito para procurar algum culpado e, consequentemente, a justiça.

As argumentações da teórica do feminismo negro Bell Hooks (2023), em seu trabalho “E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo” são igualmente importantes para a construção da análise desta pesquisa. A autora irá trazer o sexismo para o centro do debate acerca das mulheres escravizadas, que eram obrigadas a exercer as funções que a colocavam enquanto fêmeas, mas também a elas seriam impostos a função de assumir papéis masculinos. As duplas jornadas de trabalho destas mulheres, neste caso relativo ao trabalho urbano e ao trabalho doméstico, as deixavam vulneráveis a diferentes formas de

violência sexual. A argumentação da autora auxilia na afirmação de que os marcadores de gênero determinavam as experiências das mulheres ao comparar os abusos sexuais sofridos por estas a partir da lógica sexista institucionalizada.

4. CONCLUSÕES

Através de discussões historiográficas, pretende-se auxiliar na compreensão da construção histórica das crianças durante o período imperial, voltando à questões do abuso sexual, gênero, infância e inserção precoce no mundo de trabalho. Além do mais, trata-se de um processo ocorrido em Porto Alegre, o que configura um caso de escravidão urbana, tendo em vista que grande parte da historiografia se dedicou a entender a escravidão no mundo rural. Nas grandes cidades, a circulação dos cativos era mais intensa, o que colocava as crianças em condições de conhecerem mais pessoas e estarem mais sujeitas a sofrer esse tipo de violência.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Emerson Benedito; ABRAMOWICZ, Anete. **O racismo na infância e a infância do racismo**: vida e rastros de uma criança negra. Pro-posições, Campinas. Vol. 33, P. 1-20, ano 2022.

GÓES, José; FLORENTINO, Manolo. **Crianças escravas, crianças dos escravos**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil. 7. ed. São Paulo. Contexto, 2018.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Tradução: Bhuvi Libanio. 12ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

RESENDE JR., José Ricardo. **“Infâncias de sal e areia”**: uma história das crianças escravizadas em Pelotas e Rio Grande (1820-1870). Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2023.